

OS DESAFIOS ENCONTRADOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NOS DIAS ATUAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Data de aceite: 02/05/2023

Cristina da Silva Barbosa Rodrigues

Discente do Programa de pós-graduação Stricto sensu em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM

Beatriz Pralon Nascimento Casthologe Coutinho

Graduanda de Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM.

Fabiana Rosa Neves Smiderle

Orientadora - Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM.

RESUMO: **Introdução:** Educação Permanente em saúde, é um dispositivo capaz de promover profundas transformações, definida como uma proposta de aprendizagem no trabalho. A política nacional de educação em permanente em saúde (PNEPS) implantada em 2004 pela portaria 198/04, pelo ministério da saúde. **Objetivo:** Analisar quais os desafios encontrados para a elaboração

da Política Nacional de Educação Permanente no serviço de saúde. **Método:** A revisão integrativa é uma metodologia de pesquisa que busca integrar resultados de diferentes estudos em um único trabalho, a fim de esclarecer questões de saúde em um nível mais abrangente. O objetivo dessa abordagem é fornecer uma síntese completa e atualizada da literatura em um determinado interesse. **Resultado:** A partir dos artigos selecionados é possível notar a importância da educação permanente em saúde, sendo uma ferramenta que possibilita uma reflexão crítica voltada para as problematizações das práticas em saúde, onde vários resultados dos estudos supracitados apontam compreensões distintas em relação à concepção de EPS. **Conclusão:** O trabalho, que teve como objetivo explorar as barreiras encontradas no processo da implementação da política no cotidiano dos serviços de saúde, concluiu que há diversos desafios que afetam a realização efetiva da política.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Regional em Saúde. Educação Permanente. Política de Educação em Saúde.

1 | INTRODUÇÃO

A Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004 M.S. 2004), instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como uma estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores. Ela traz como proposta a articulação das necessidades de desenvolver a educação dos trabalhadores em consonância com a capacidade resolutive dos serviços de saúde e o cuidado integral à saúde da população. Em 2007, nova portaria é publicada: a Portaria GM/MS nº 1.996/2007 (BRASIL, 2006).

Ambas propõem que os processos de qualificação dos trabalhadores tomem como referência as necessidades e a realidade local de saúde, que tenham como objetivo a transformação das práticas profissionais e a própria organização do trabalho e que sejam, sobretudo, estruturadas a partir da problematização dos processos de trabalho de saúde. Valorizam o papel da equipe multidisciplinar e o caráter social da ação educativa realizada nos processos de trabalho coletivo, sem negar a importância da formação técnica específica (FIOCRUZ, 2006).

A inserção desse conceito no campo da saúde no Brasil ocorreu por meio do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), na década de 1980, e teve como foco a construção de um novo referencial pedagógico que possibilitasse o maior envolvimento do trabalhador no processo produtivo da saúde, orientado para melhoria da qualidade (LEMOS, 2016).

O SUS possui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que tem como um dos objetivos qualificar a atenção e gestão na saúde individual e coletiva, estabelecendo negociações interinstitucionais e intersetoriais e articulando práticas de saúde e educação no SUS. Uma década após a implantação da política foram identificadas descontinuidades, mudanças de enfoque e questões de financiamento. Tais aspectos parecem dificultar a sua implantação (PINTO, 2014).

A partir disso, o trabalho tem como objetivo analisar quais os desafios encontrados para a elaboração da Política Nacional de Educação Permanente no serviço de saúde.

2 | MÉTODO

2.1 Tipo de estudo

A revisão integrativa é uma metodologia de pesquisa que busca integrar resultados de diferentes estudos em um único trabalho, a fim de esclarecer questões de saúde em um nível mais abrangente. O objetivo dessa abordagem é fornecer uma síntese completa e atualizada da literatura em um determinado interesse. São realizadas buscas em diferentes fontes de dados, seguindo critérios pré-estabelecidos de inclusão e exclusão de estudos. Em seguida, os resultados são sintetizados e interpretados de maneira sistemática e

rigorosa, utilizando ferramentas de análises qualitativas. A revisão integrativa é uma importante ferramenta para a promoção da prática baseada em evidências e para a tomada de decisão em saúde (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

2.2 Estratégias de pesquisa

As bases de dados escolhidas foram National Library of Medicine (PubMed) e Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO). A coleta de dados foi feita em 2023, durante os meses de fevereiro, março e abril. Para a estratégia de busca, foi utilizada a combinação dos descritores em português (Planejamento Regional em Saúde OR Educação Permanente AND Política de Educação em Saúde) ou inglês (Regional Health Planning OR Education Continuing AND Política de Salud). As estratégias de busca segundo cada base de dados foram apresentadas no Quadro 1 abaixo.

Base de Dados	Estratégia de busca	Número de trabalhos encontrados
PubMed	“Planejamento Regional em Saúde” OR “Educação Permanente” AND “Política de Educação em Saúde”	5
SciELO	“Planejamento Regional em Saúde” OR “Educação Permanente” AND “Política de Educação em Saúde”	133

Quadro 1. Número de artigos encontrados segundo estratégia de busca utilizada e bases de dados.

Fonte: Organizado pela autora (2023).

2.3 Extração dos dados

Foram aplicados os seguintes filtros: Português e Inglês; últimos 5 anos; além da seleção de Assuntos principais, onde a partir disto resultou em uma diminuição na quantidade de artigos em cada base de dados. Após essa aplicação de filtros, na base de dados National Library of Medicine (PubMed), resultou em 5 artigos totais, e na base de dados Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) resultou em 39 artigos totais.

Foram selecionados artigos através da leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, foram avaliados na íntegra, com objetivo de selecionar o material final para compor o estudo. A partir disso foram selecionados um total de 18 artigos, sendo destes, 3 da PubMed e 15 da SciELO.

3 | RESULTADOS

Nesta etapa do estudo, é demonstrado os resultados obtidos por meio da coleta de dados descrita na seção acima, a fim de concretizar a revisão integrativa. Segue abaixo, o fluxograma dos processos da coleta de dados.

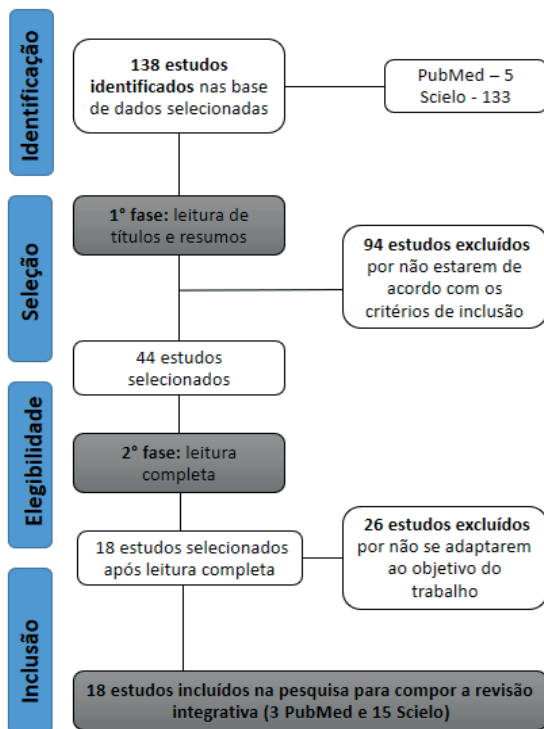


Imagem 1. Fluxograma de seleção dos artigos.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

AUTOR / ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	PAÍS	OBJETIVO
(SILVA <i>et al.</i> , 2020)	A educação permanente como responsabilidade inalienável dos conselhos de saúde: o cenário atual do Sistema Único de Saúde.	Estudo transversal.	Brasil	Verificar se os conselhos de saúde do Brasil realizam atividades de educação permanente para os conselheiros municipais, estaduais e do distrito federal.
(CARDOSO <i>et al.</i> , 2017)	A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática.	Estudo descritivo de abordagem qualitativa.	Brasil	Analisar aspectos da implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, a partir das experiências das Escolas de Saúde Pública.
(FRANÇA <i>et al.</i> , 2017)	Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço.	estudo multicêntrico de abordagem qual quantitativa.	Brasil	analisar o papel das CIEs no desenvolvimento das políticas de EP implementadas no conjunto das Secretarias Estaduais de Saúde (SESS) do Brasil.

Tabela 1. Artigos selecionados segundo autor e ano de publicação, título, tipo de estudo, país de estudo e objetivo do estudo (2017 a 2022) – PubMed.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir dos artigos selecionados na base de dados PubMed, apresentados na Tabela 1 acima, podemos analisar os aspectos que tornam evidente a necessidade da compreensão de que as transformações nos serviços de ensino e na condução do sistema de saúde necessitam da implementação da educação permanente em saúde cotidianamente, visto que através desta ferramenta de aprendizado o sistema assegura e promove articulações entre educação e trabalho, fornecendo mudanças nas políticas de formação e nas práticas de saúde já ultrapassadas, promovendo a disseminação da produção de conhecimento e educacionais nos serviços de saúde.

Autor e Ano	Título	Tipo de Estudo	País	Objetivos
(OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2020)	Educação Permanente em Saúde e o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica.	Estudo Transversal descritivo.	Brasil	Obter um painel brasileiro de participação, dispositivos e atendimento a demandas de EPS das Equipes de Saúde da Família (EqSF) na AB, a partir da análise dos dados secundários do MS, extraídos do censo de avaliação externa do PMAQ-AB no 2º Ciclo (2013).
(GONÇALVES SILVA; SCHERER, 2020)	A implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde na visão de atores que a constroem.	Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, de abrangência nacional.	Brasil	Assim, este estudo objetivou compreender os fatores que favorecem ou dificultam a trajetória de implementação da PNEPS no Brasil, bem como as proposições para o seu fortalecimento, na perspectiva de atores que a promovem.
(LANDGRAF; IMAZU; ROSADO, 2020)	Desafios para a Educação Permanente em Saúde Indígena: adequando o atendimento do Sistema Único de Saúde no sul do Brasil.	Pesquisa de relato de experiência da Área.	Brasil	Educação Permanente que considerem saberes etnológicos a partir da saúde representam um caminho para a efetivação das políticas públicas envolvidas.
(FERREIRA <i>et al.</i> , 2020)	Validação do modelo lógico de implementação da Política de Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária.	Trata-se de um estudo de avaliabilidade, com abordagem mista, com utilização de técnica quantitativa e aspectos da técnica qualitativa.	Brasil	O objetivo foi descrever o processo de validação do modelo lógico de implementação da Política de Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária no município de Vitória.
(SOUZA; COSTA, 2019)	Educação Permanente em Saúde na formação da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública.	Pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo.	Brasil	Objetivo de analisar as bases conceituais e organizacionais da PNEPS.

(GONÇALVES <i>et al.</i> , 2019)	A retomada do processo de implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil.	Análise documental descritiva qualitativa.	Brasil	Objetivos descrever e analisar as mais recentes iniciativas realizadas, no âmbito da gestão federal, para a implementação e fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS).
(KODJAOGLANIAN; MAGALHÃES, 2019)	Reflexões: a construção do plano de Educação Permanente Em Saúde em Mato Grosso do Sul.	Relato de experiência.	Brasil	Se propõe a relatar a experiência do estado de Mato Grosso do Sul no processo de elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS).
(ALMEIDA; TESTON; MEDEIROS, 2019)	A interface entre o PET-Saúde/ Interprofissionalidade e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.	Ensaio.	Brasil	Questiona-se: como formar profissionais comprometidos a gerir os problemas vivenciados na prática diária do trabalho e engajados com as especificidades/necessidades do serviço.
(CARVALHO; TEODORO, 2019)	Educação para os profissionais de saúde: a experiência da Escola de Aperfeiçoamento do SUS no Distrito Federal, Brasil.	Qualitativo descritivo.	Brasil	Discutir os conceitos de educação permanente e educação continuada ou definir neste momento a nomenclatura adequada para nossas ações, mas apresentar como, à luz desses conceitos e alinhada com a proposta da PNEPS.
(FERREIRA <i>et al.</i> , 2019)	Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura Educação.	Revisão integrativa da literatura.	Brasil	Objetivou compreender a apropriação da EPS pela atenção primária no Brasil, por meio de uma revisão integrativa de literatura referente às iniciativas de EPS desenvolvidas no País.
(CARVALHO; MERHY; SOUSA, 2019)	Repensando as políticas de Saúde no Brasil: Educação Permanente em Saúde centrada no encontro e no saber da experiência.	Relato de experiência.	Brasil	Objetivo de discutir a formação em Educação Permanente em Saúde (EPS), denominada “EPS em Movimento” e realizada em 2012 pelo Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde (MS) do Brasil.
(SILVA <i>et al.</i> , 2019)	Análise dos discursos referentes à educação permanente em saúde no Brasil (1970 a 2005).	O estudo está ancorado no referencial da Análise Crítica do Discurso, coletas de dados e entrevistas.	Brasil	Analisar o processo de construção da Educação Permanente em Saúde, identificando suas transformações, continuidades e rupturas no contexto sócio-histórico da década de 1970 a 2005.
(BEZERRA; MEDEIROS, 2018)	Limites do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB): em foco, a gestão do trabalho e a educação na saúde.	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, adotando-se análise documental.	Brasil	Analisam-se as subdimensões propostas pelo PMAQ-AB frente às diretrizes e aos princípios da política de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (GTES).

(CAVALCANTI; GUIZARDI, 2018)	Educação continuada ou permanente em saúde? Análise da produção pan-americana da saúde.	Realizou-se pesquisa documental e bibliográfica.	Brasil	Compreender a elaboração dos referenciais sobre educação na saúde.
(FIGUEIREDO et al., 2017)	Efeito pororoca na educação permanente em saúde: sobre a interação pesquisa-trabalho.	Relato de experiência.	Brasil	Construir responsabilidade municipal com a política de educação permanente na saúde a partir da interação entre práticas de pesquisa e inovação no trabalho.

Tabela 2. Artigos selecionados segundo autor e ano de publicação, título, tipo de estudo, país de estudo e objetivo do estudo (2017 a 2022) – Scielo.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir dos artigos selecionados na base de dados Scielo, evidenciados acima na Tabela 2, é possível notar a importância da educação permanente em saúde, sendo uma ferramenta que possibilita uma reflexão crítica voltada para as problematizações das práticas em saúde, onde vários resultados dos estudos supracitados apontam compreensões distintas em relação à concepção de EPS.

4 | DISCUSSÃO

A implementação da Política Nacional de Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde (P-SUS) é de extrema importância para o aprimoramento contínuo dos profissionais, entretanto, tem sido um grande desafio nos dias atuais.

A educação permanente é fundamental para garantir que os profissionais da saúde possam atender às necessidades da população de maneira adequada e atualizada. Por isso, é responsabilidade inalienável dos conselhos de saúde promover a educação permanente para os profissionais de saúde que atuam em suas áreas de atuação (SILVA; NOVAIS; ZUCCHI, 2020).

Segundo Cardoso *et al.* (2017), os conselhos de saúde possuem o papel de discutir e definir diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente na Saúde (PNEP-SUS), garantindo que os profissionais estejam em constante aprimoramento para oferecer serviços de qualidade à população. Isso envolve a promoção de ações de formação para profissionais da área da saúde em todas as suas categorias, como enfermeiros, médicos, dentistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, entre outros.

Os conselhos de saúde também devem trabalhar em conjunto com as instituições públicas de ensino superior, como universidades e escolas de educação profissional, para definir estratégias de formação e capacitação de profissionais que estejam alinhados com as necessidades de saúde da população. Dessa forma, é possível garantir que os profissionais da saúde estejam em constante aprimoramento e atualizados em relação

às melhores práticas e técnicas para o atendimento ao público (GONÇALVES SILVA; SCHERER, 2020).

De acordo com França *et al.* (2017), a principal contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino Serviço (CIES) é o fortalecimento da integração entre as instituições de ensino e os serviços de saúde. Isso possibilita a criação de um ambiente de aprendizagem contínuo, no qual a teoria está diretamente ligada à prática profissional, e vice-versa. Além disso, essa parceria permite o compartilhamento de experiências entre os profissionais das duas áreas, o que enriquece o processo de formação.

As CIES também têm o poder de promover a adoção de práticas inovadoras e avançadas que possam ser aplicadas nos serviços de saúde. Essas práticas podem ser ensinadas aos alunos, e incentivadas pelos profissionais já atuantes na área, o que melhora a qualidade da prestação dos serviços de saúde oferecidos à população. Isso é possível através da formação de profissionais qualificados, capazes de trabalhar em equipe e com visão crítica das necessidades e possibilidades de mudanças na prática de saúde (FRANÇA *et al.*, 2017).

A implementação da PNEPS no Brasil é multifacetada e enfrenta diversos desafios que interferem na sua efetividade e eficácia. Como a falta de recursos financeiros em muitos municípios, estados e entidades que fazem parte do SUS, onde possuem problemas para investir na educação permanente dos profissionais de saúde. Isso é agravado pela falta de um orçamento adequado para promover as capacitações, infraestrutura e materiais necessários para a formação (LANDGRAF; IMAZU; ROSADO, 2020).

Além da falta de recursos financeiros, a implementação da PNEPS enfrenta dificuldades em relação à falta de infraestrutura capaz de atender às demandas educacionais dos profissionais da saúde. Às vezes, as instituições de saúde não possuem salas de aula, laboratórios, equipamentos ou materiais necessários para as aulas (LANDGRAF; IMAZU; ROSADO, 2020).

Além disso, há uma carência de profissionais capacitados e qualificados para atender à demanda de capacitações sobre temas específicos. Há ainda uma falta de profissionais especialistas em metodologias de educação permanente e pesquisa em saúde. Corroborando a isso, muitas vezes os profissionais não possuem motivação para se envolver e participar das ações educacionais, onde a falta de incentivos, de recursos e de tempo para participar dessas capacitações são alguns dos fatores que contribuem para essa situação (CARVALHO; TEODORO, 2019).

Por fim, os autores dos estudos selecionados destacam que as barreiras identificadas são complexas e multifatoriais, afetando tanto os trabalhadores da saúde quanto as instituições. Sendo assim, é necessária uma abordagem mais sistêmica e integrada para promover uma mudança efetiva na cultura da educação permanente em saúde, com o objetivo de melhorar a qualidade da atenção à saúde oferecida no país.

5 | CONCLUSÃO

O trabalho, que teve como objetivo explorar as barreiras encontradas no processo da implementação da política no cotidiano dos serviços de saúde, concluiu que há diversos desafios que afetam a realização efetiva da política.

A ideia da PNEPS se insere no contexto dinâmico e preciso, marcado por características objetivas e subjetivas visando ampliar o entendimento e a resolutividades dos desafios e problemas encarados no cotidiano de trabalho, elaborando uma reflexão construtiva que possa fortalecer a estratégia da EPS em consonância com as diretrizes da PNEPS.

Contudo, observamos que as dificuldades existentes para o seu desenrolar volta sobre a falta de ferramentas que auxiliem o gestor a operacionalizar o proposto na Política, a necessidade de articulação entre os níveis de gestão, a falta de profissionais qualificados e de adesão desses para as atividades educacionais, a falta de planejamento pelos gerentes de unidades, a rotatividade dos profissionais devido ao vínculo superficial com o serviço, a baixa participação popular e o enfoque de trabalho fragmentado por profissões. Essas são dificuldades que precisam ser enfrentadas e repensadas no sentido de mudanças efetivas.

Espera-se que a formação e o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde possam se dar de forma reflexiva, participativa e contínua, voltados para as necessidades locais, dos serviços e das pessoas, fortalecendo o elo entre gestores, instituição de ensino, profissionais de saúde e a população na melhoria da qualidade do sistema de saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Guimarães dos Santos; TESTON, Elen Ferraz; MEDEIROS, Arthur de Almeida. A interface entre o PET-Saúde/Interprofissionalidade e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Ensaio / Saúde Debate**: v.43, n.1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S108>.

BEZERRA, Marielly Mariano. MEDEIROS, Katia Rejane de. Limites do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB): em foco, a gestão do trabalho e a educação na saúde. **Saúde Debate**: v.42, n.2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S213>.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo; et al. A política nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. **Cien Saude Colet.**: v.22, n.5, p.1489-1500, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33222016>.

CARVALHO, Monica Sampaio de; MERHY, Emerson Elias; SOUSA, Maria Fátima de. Rethinking Health policies in Brazil: Continuing Education in Health focused on meeting and knowing from experience. **Interface – comunicação, saúde, educação**: v.23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.190211>.

CARVALHO, Wania Maria do Espírito Santo; TEODORO, Maria Dilma Alves. Educação para os profissionais de saúde: a experiência da Escola de Aperfeiçoamento do SUS no Distrito Federal, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**: v.24, n.6, p.2193-2201, 2019. DOI: [10.1590/1413-81232018246.08452019](https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.08452019).

CAVALCANTI, Felipe de Oliveira Lopes; GUIZARDI, Francini Lube. Educação continuada ou permanente em saúde? Análise da produção pan-americana da saúde. **Trab educ saúde**: v.16, n.1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00119>.

FERREIRA, Lorena; et al. Permanent health in primary care: an integrative literature review Education. **REVIEW / Saúde Debate**: v.43, n.120, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912017>.

FERREIRA, Lorena; et al. Validação do modelo lógico de implementação da Política de Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária. **TES - Trabalho, Educação e Saúde**: v.18, n.2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00262%20>.

FIGUEIREDO, Eluana Borges Leitão de; et al. Efeito pororoca na educação permanente em saúde: sobre a interação pesquisa-trabalho. **Rev Bras Enferm**: v.71, n.4, p.1768-1773, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0462>.

FRANÇA, Tânia; et al. Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. **Cien Saude Colet.**: v.22, n.6, p.1817-1828, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.30272016>.

GONÇALVES SILVA, Cláudia Brandão; SCHERER, Magda Duarte dos Anjos. A implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde na visão dos atores que a constroem. **Interface – Comunicação, saúde, educação**: UNESP, 2020. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=1a1eaf38-1b3b-4910-8c4b-e1815eb6d005>.

GONÇALVES, Cláudia Brandão; et al. A retomada do processo de implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. **Saúde Debate**: v.43, n.1, p.12-23, Rio de Janeiro / 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S101.

KODJAOGLANIAN, Vera Lúcia; MAGALHÃES, Patrícia Marques. Reflexões: a construção do plano de Educação Permanente em Saúde em Mato Grosso do Sul. **Saúde Debate**: v.43, n.1, p.127-133, Rio de Janeiro / 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S111.

LANDGRAF, Julia; IMAZU, Nayara Emy; ROSADO, Rosa Maris. Desafios para a Educação Permanente em Saúde Indígena: adequando o atendimento do Sistema Único de Saúde no sul do Brasil. **Interface (Botucatu, Online)**: v.24, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1040192>.

OLIVEIRA, Israel Victor de; et al. Educação Permanente em Saúde e o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: um estudo transversal e descritivo. **Saúde em Debate**: v.44, n.124, 2020. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/2631>.

SILVA, Kenia Lara da; et al. Análise dos discursos referentes à educação permanente em saúde no Brasil (1970 a 2005). **Trab educ saúde**: v.17, n.2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00192>.

SILVA, Rita de Cássia Costa da; NOVAIS, Maykon Anderson Pires de; ZUCCHI, Paola. **A educação permanente como responsabilidade inalienável dos conselhos de saúde**: o cenário atual do Sistema Único de Saúde. **Clinicas**: v.75, 2020. DOI: <https://doi.org/10.6061/clinics/2020/e1443>.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein: v.8, n.1, p.102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>.

SOUZA, Rosa Maria Pinheiro; COSTA, Patrícia Pol. Educação Permanente em Saúde na formação da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública. **Saúde debate**: v.43, p.116-126, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1043405>.